



**Tribunal de Contas**  
**Mato Grosso**  
**TRIBUNAL DO CIDADÃO**

**SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Conselheiro Interino Luiz Carlos Pereira

Telefone: (65) 3613-7589/3613-7588

TCE/MT

Fls. 1

Rub. \_\_\_\_\_

<b>PROCESSO Nº</b>	<b>:</b>	<b>142425/2017</b>
<b>PRINCIPAL</b>	<b>:</b>	<b>DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO</b>
<b>CNPJ</b>	<b>:</b>	<b>03.507.415/0031-60</b>
<b>ASSUNTO</b>	<b>:</b>	<b>TOMADA DE CONTAS ESPECIAL DETERMINADA PELO ACÓRDÃO Nº 5.837/2013</b>
<b>GESTOR</b>	<b>:</b>	<b>SILVIO JEFERSON DE SANTANA</b>
<b>RELATOR</b>	<b>:</b>	<b>CONSELHEIRO INTERINO LUIZ CARLOS PEREIRA</b>
<b>EQUIPE TÉCNICA</b>	<b>:</b>	<b>ADELSON AUGUSTO FIGUEIREDO</b>
<b>OS Nº</b>	<b>:</b>	<b>1865/2018</b>

## **1-INTRODUÇÃO**

### **Senhor Conselheiro:**

Em cumprimento aos despachos exarados pelo Conselheiro Interino Luiz Carlos Pereira referente ao termo de aceite nº 318076/2017 (doc. digitais nº 326085/2017), apresenta-se o relatório de análise de conformidade da Tomada de Contas Especial – Processo Principal nº 142425/2017, instaurada pelo Sr. Sílvio Jeferson de Santana – Defensor Público Geral, através da Portaria 531/2015/DPG/MT, publicada no Diário Oficial do dia 27/10/2015.

A Tomada de Contas Especial foi remetida ao Tribunal de Contas de Mato Grosso, através do processo nº 142425/2017, conforme termo de aceite nº. 161762/2017.

Vale lembrar que a Tomada de Contas Especial foi instaurada em virtude de determinação que consta no Acórdão nº 5837/2013-TP (processo nº 84638/2012).

O objeto desta Tomada de Contas é de apurar os fatos e quantificar o dano decorrente da apuração de sobrepreço e superfaturamento nos contratos 005, 006 e 021/2011 firmados com a empresa SAL- Locadora de Veículos Ltda.



## 2- ANÁLISE DE CONFORMIDADE DA FASE DE INSTRUÇÃO

A instauração, instrução, organização e o encaminhamento ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso dos processos de tomada de contas especial, estão disciplinadas na Resolução Normativa TCE-MT nº 24/2014, visando averiguar a regularidade das condutas adotadas pelos responsáveis na elaboração da Tomada de Contas e de possível dano apurado.

Todavia, antes da publicação da citada normativa nos casos de transferência de recursos do Estado para outras entidades públicas e privadas sem fins lucrativos, por meio de celebração de convênios a instauração de Tomadas de Contas Especial já era prevista nos artigos 44 a 49 da Instrução Normativa Conjunta SEPLAN/SEFAZ/AGE nº 03/2009, de 14/05/2009, que estabelece as diretrizes, normas e procedimentos para elaboração, execução e prestação de contas referente à transferência de recursos por meio de Convênio, pelos Órgãos ou Entidades do Poder Executivo Estadual.

Com intuito de facilitar a utilização da citada Normativa, a Auditoria Geral do Estado de Mato Grosso publicou a Orientação Técnica nº 053/2011, que por sua vez foi utilizada para elaboração dos quesitos a serem respondidos, visando a verificação da regularidade das condutas adotadas pelos responsáveis pela elaboração da Tomada de Contas e apuração do possível dano.

As respostas negativas constitui infração aos artigos explicitados em cada ponto de Verificação:

**2.1.** O processo está devidamente autuado com as folhas numeradas, rubricadas e em ordem lógica dos fatos;

**2.2.** A instauração da TCE foi feita por meio do Acórdão nº 5.837/2013-TP, de 26 de novembro de 2013;

**2.3.** O processo contém Ata de Instalação da Tomada de Contas Especial lavrada pela Comissão: Dr. Carlos Eduardo Roika Júnior – Presidente, Dra. Kelly Christina Veras Otácio Monteiro, substituídos pelo Dr. João Paulo Carvalho Dias e Dra. Aline Carvalho Coelho, através da Portaria 617/2016/DPG fl. 35 – TC/MT, A Sra. Aline Carvalho Coelho foi substituída pela Dra. Sílvia Maria Ferreira, através da Portaria 680/2016/DPG, fls. 40 e 41-TC/MT, Carmem Miranda Sousa, Therezalúcia Pinheiro Mattos do Nascimento e Rudi José Kleinhans Júnior – Membros, (doc. digital nº 321005/2017, fls. 06 e 07- TC/MT);



**2.4.** As cópias anexadas ao processo estão legíveis;

**2.5.** Integraram o processo de Tomada de Contas Especial os documentos a seguir:

2.5.1 Foram constatados através do Relatório Técnico (doc. digital nº 321005/2017 fls. 87 a 91-TC). Situações, fatos e atos ilegais ilegítimos ou antieconômico:

- 1- Despesas desnecessárias com a locação, em 2012, de inúmeros veículos originados dos contratos 05, 06 e 21/2011, firmados com a SAL locadora, totalizando R\$ 778.976,26 até o mês de Maio/2012.
- 2- Faturamento de locação de caminhonete a preços unitários estabelecidos no contrato nº 06/2011 (R\$ 420,00/dia), valor superior ao do contrato nº 21/2011 (R\$ 263,33/dia), resultando em prejuízo à administração pública no total de R\$ 9.783,25.
- 3- Pagamento de despesa à empresa SAL Locadora, inexistindo empenho e liquidação, no total de R\$ 211.800,00.
- 4- Realização de despesas no total de R\$ 129.499,86, junto à empresa SAL Locadora sem empenho e sem registro contábil, incluindo a locação de 1 carro de luxo.
- 5- Despesas desnecessárias com a locação, em 2012, de inúmeros veículos originados dos contratos 05, 06 e 21/2011 firmados com a SAL Locadora, totalizando R\$ 83.303,33 nos meses de junho e julho/2012.
- 6- Faturamento de locação de caminhonete a preços unitários estabelecido no contrato nº 06/2011 (R\$ 420,00/dia), valor superior ao do contrato nº 021/2011 (R\$ 263,33/dia) resultando em prejuízo à administração pública no total de R\$ 3.760,08.
- 7- Pagamento de despesas à SAL Locadora, sem empenho liquidação e registro contábil, no total de R\$ 120.566,40.
- 8- Rescisão dos contratos nº 005, 006 e 021/2011 firmados com a empresa SAL Locadora, sem comprovante de devolução dos veículos, objetos dos contratos.

**2.6.** O Relatório Conclusivo (doc. digital nº 321005/2017, fls. 96 a 97 e 134 a 141-TC), da Comissão de Tomada de Contas Especial, considera que já foi instaurado Processo Administrativo Disciplinar PAD pela Portaria 265/2014/DGP para apurar as irregularidades, identificar os responsáveis, quantificar o dano e recompor o prejuízo causado ao erário, encontrando-se em andamento e devido o Princípio do “non bis in



idem” ou seja, “ninguém pode ser condenado ou processado duas ou mais vezes por um mesmo fato”.

Outra conclusão que a Comissão Permanente de Tomada de Contas chegou foi que devido os contratos ter sido expirado em abril de 2012, e por ter passado mais de 5 (cinco) anos consecutivos, sem que fosse concluída, ocorrendo em prescrição administrativa sobre o presente feito.

A Sra. Érika Silveira Guerreiro – Assistente Jurídica da Corregedoria Geral da DP/MT, (doc. digital nº 321005/2017, fls. 117-TC/MT), junta Certidão, que tramita perante aquela Corregedoria o procedimento nº 164336/2014, PAD nº 18/2014, indiciados os Srs. Hércules da Silva Gahyva e André Luiz Prieto.

O Sr. Cid de Campos Borges Filho - Corregedor Geral manifesta (fls. 125 a 127 – TC/MT, doc. digital nº 321005/2017) que:

*Pela prescrição, levando em consideração a sanção máxima aplicável e o respectivo prazo prescricional. Aliás sobre todo o objeto do PAD nº 18/2014 o Egrégio Conselho Superior da Defensoria Pública decidiu por reconhecer a nulidade da decisão de instauração, por incompetência do Defensor Geral, e a incidência da prescrição administrativa.*

**2.7.** O Relatório da Coordenadoria de Controle Interno (doc. digital nº 321005/2017, fls. 142 a 146-TC), opina que devido a determinação do Acórdão 5.837/2013 datado de 26/11/2013, ter sido atendido somente em 12/07/2016 conforme Ata de Reunião da CPTCE e todo esse tempo de inércia, contribuiu significativamente para que a prescrição se vesse operada.

### 3- RESULTADO DAS RESPOSTAS

Após a análise da Tomada de Contas Especial nº 142425/2017, à luz dos quesitos legais relatados no item 2 deste relatório, atesta-se a sua conformidade ratificando-se a sua conclusão, cujo resultado se enquadra:

**1- NA 01. Diversos\_Gravíssima\_01. Descumprimento de determinações com prazo, exaradas pelo TCE-MT em decisões singulares e/ou acórdãos (art. 262, paragrafo único da Resolução 14/2007 - RITCE).**



Tribunal de Contas  
Mato Grosso  
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Conselheiro Interino Luiz Carlos Pereira

Telefone: (65) 3613-7589/3613-7588

TCE/MT

Fls. 5

Rub. \_\_\_\_\_

1.1- Descumprimento das determinações exaradas no Acórdão nº 5.837/2013-TP, de 26 de novembro de 2013, processo nº 8.463-8/2012.

**Evidencia:** A Tomada de Contas foi remetida ao Tribunal de Contas de Mato Grosso, através do processo nº 142425/2017, conforme documento digital nº 321005/2017.

**Responsável:** DJALMA SABO MENDES JÚNIOR- Defensor Público Geral.

**Conduta:** Deixou de cumprir prazo e determinação do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

**Nexo de Causalidade:** Ao deixar de atender determinação do Acórdão, o gestor cometeu irregularidade.

**Culpabilidade:** É razoável exigir que o Gestor cumpra os prazos e determinações do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

#### 4. CONCLUSÃO

Após análise dos documentos apresentados pelo Sr. Sílvio Jeferson de Santana, Defensor Público Geral do Estado de Mato Grosso, em virtude de Tomada de Contas Especial, com o fim de apurar eventual sobrepreço e superfaturamento, no exercício de 2012, na execução dos Contratos nºs 05, 06 e 21/2011, firmados com a empresa – SAL Locadora de Veículos Ltda, bem como os fatos apontados nas irregularidades 4.1, 5.2, 7.2, 7.3, 20.2, 21.1, 22.1, e 27.1, conforme determinado no acórdão nº 5.837/2013-TP; conclui-se que as medidas administrativas adotadas não se mostraram adequadas em face da anulação do PAD e a demora na instauração da Tomada de Contas Especial.

Sendo assim, concluímos em responsabilizar o **Sr. Djalma Sabo Mendes Júnior**, gestor da época da determinação do Acórdão nº 5.837/2013, processo nº 8.463-8/2012, pela não instauração da Tomada de Contas em razão de descumprimento de prazo e determinações do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

A atual gestão que instaurou a Tomada de Contas concluiu que já consta um PAD Nº 18/2014 determinado pela Portaria 265/2014/DPG em que a Comissão entende que não



Tribunal de Contas  
Mato Grosso  
TRIBUNAL DO CIDADÃO

**SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Conselheiro Interino Luiz Carlos Pereira

Telefone: (65) 3613-7589/3613-7588

TCE/MT

Fls. 6

Rub. \_\_\_\_\_

necessita de uma nova apuração e pela prescrição administrativa do feito, devido os contratos ter sido expirado em abril de 2012, e por ter passado mais de 5 (cinco) anos consecutivos, sem que fosse concluída.

1- **NA 01. Diversos\_Gravíssima\_01.** Descumprimento de determinações com prazo, exaradas pelo TCE-MT em decisões singulares e/ou acórdãos (art. 262, paragrafo único da Resolução 14/2007 - RITCE).

1.1- Descumprimento das determinações exaradas no Acórdão nº 5.837/2013-TP, processo nº 8.463-8/2012.

É o relatório.

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DA 3ª RELATORIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO em Cuiabá, dia 13 de março de 2018.

**(Assinatura Digital)**  
**Adelson Augusto Figueiredo**  
**Técnico de Controle Público Externo**